

O POPULISMO DE EXTREMA DIREITA COMO SINTOMA DO RESSENTIMENTO GERADO PELA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Claudioмиro Ramos Moreira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6284-7600>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre/RS - Brasil

E-mail: crmclaudiomoreiracrm@gmail.com

Pedro Alberto Samuel

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2580-1870>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre/RS - Brasil

E-mail: pedro@pedrosamuel.com

Recebido em: 26/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: Este estudo realiza uma análise teórica e qualitativa sobre o populismo e a racionalidade neoliberal, com base em alguns autores vinculados à teoria crítica. Discute-se o populismo como estilo político performático e ambíguo, que pode estar presente tanto na direita quanto na esquerda. Explora-se como o neoliberalismo molda subjetividades, promovendo competição e individualismo. A crise de 2008 intensificou o ressentimento social, alimentando discursos autoritários e excludentes. O populismo de extrema direita surge, assim, como expressão desse ressentimento, agravando a fragmentação social e a desintegração dos vínculos coletivo.

Palavras-chave: Populismo de extrema direita; Neoliberalismo; Ressentimento.

THE FAR-RIGHT POPULISM AS A SYMPTOM OF THE RESENTMENT GENERATED BY NEOLIBERAL RATIONALITY

Abstract: This study conducts a theoretical and qualitative analysis of populism and neoliberal rationality, drawing on authors associated with critical theory. Populism is discussed as a performative and ambiguous political style, which can be present in both right-wing and left-wing movements. The study explores how neoliberalism shapes subjectivities, promoting competition and individualism. The 2008 crisis intensified social resentment, fueling authoritarian and exclusionary discourses. Far-right populism thus emerges as an expression of this resentment, exacerbating social fragmentation and the disintegration of collective bonds.

Keywords: Far-right populism; Neoliberalism; Resentment

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é desenvolver uma reflexão teórica sobre o populismo, entendido como resultado de dinâmicas sociais mais amplas, e não somente como

um fenômeno restrito a partidos ou líderes políticos. Em outras palavras, busca-se compreender como a racionalidade neoliberal, ao impor um modo de existência centrado na competição econômica entre os sujeitos, cria um terreno fértil para o surgimento do populismo. Esse fenômeno tende a operar por meio de uma divisão binária da sociedade: de um lado, o “povo”, representado como trabalhador, honesto e moralmente íntegro e, de outro, uma “elite” retratada como corrupta, parasitária e distante dos interesses coletivos.

Portanto, o populismo emerge com maior força em contextos de crise, quando tanto a direita quanto a esquerda questionam a legitimidade do establishment político vigente. Se apropria dos afetos sociais, principalmente os negativos, como o ressentimento, o medo e a frustração, no entanto, disso não resulta um projeto alternativo à ordem estabelecida. Este, talvez, seja um dos traços definidores do populismo, não há nele um projeto de sociedade, mas tão somente uma articulação política que se enraíza nas emoções e tensões vividas cotidianamente pelos sujeitos em contextos de instabilidade.

No debate político contemporâneo, o populismo tem sido frequentemente retratado como uma ameaça à estabilidade da democracia liberal, ao mesmo tempo em que se afastaria do receituário neoliberal de face progressista. Entre os fatores que sustentam essa percepção de incompatibilidade, destaca-se a rejeição à pluralidade, o incentivo à polarização, ao dividir a sociedade entre “o povo” e “as elites”, e a tentativa de estabelecer uma conexão direta entre o líder e os cidadãos, de modo a enfraquecer as instituições e os mecanismos tradicionais da democracia representativa. Subjacente a esse fenômeno está a tendência do populismo de simplificar a complexidade política e social, alimentando o imaginário de que os problemas político, econômico e social podem ser resolvidos pela ascensão de um líder carismático, honesto e autoritário. Nesse ponto, também se observa uma diferença fundamental entre as vertentes de direita e de esquerda do populismo: enquanto a primeira aposta no reforço da lei e na aplicação de punições mais severas como solução para os “desvios” sociais, a segunda prioriza a redução das desigualdades sociais e econômicas como caminho para a transformação da sociedade.

No Brasil, observa-se, no debate público e nos comentários de jornalistas e políticos alinhados ao ideal liberal-democrático, a tendência de estabelecer uma simetria em relação a esses atores, ou seja, são grupos que rompem com os princípios da democracia liberal e que instigam o conflito ao invés da cooperação. Trata-se de uma estratégia retórica que, por meio da repetição incessante desse discurso, busca convencer a opinião pública de que os extremos político-ideológicos, tanto à direita quanto à esquerda, são equivalentes.

Apesar de seu uso recorrente no discurso político e acadêmico, o termo “populismo” carrega uma forte conotação pejorativa. Por isso, é raramente adotado como forma de autoidentificação. É incomum que líderes, partidos ou movimentos se reconheçam como populistas; geralmente, o termo é utilizado por terceiros com a intenção de deslegitimar ou criticar determinadas lideranças ou práticas políticas.

Disto isso, este texto pretende, em um primeiro momento, desenvolver uma análise do conceito de populismo, buscando identificar ao menos um entendimento comum sobre o termo. Em seguida, discute-se a racionalidade neoliberal com o objetivo de evidenciar como que ao incentivar a livre iniciativa, a autogestão e a responsabilidade sobre si, estabelece uma forma de sociabilidade que contribui para o rompimento dos laços sociais. Na continuidade, o afeto do ressentimento aparece como seu resultado mais imediato da não realização do sucesso que foi prometido a todos que se esforçassem. Ao invés de direcionar esse descontentamento ao sistema, os sujeitos são conduzidos pelo discurso populista de extrema direita a direcioná-lo contra um elemento externo, um inimigo capaz de ameaçar a vida do corpo político puro.

As considerações finais é o fechamento do presente artigo, nela será apresentado o argumento sobre o que distinguiria o populismo de extrema direita do populismo de esquerda é sua relação com a democracia e com os direitos da classe trabalhadora. Enquanto o primeiro propõe, em grande medida, um retorno a estruturas hierárquicas do passado, marcadas por um viés reacionário, o populismo de esquerda busca aprofundar a democracia liberal. Trata-se, portanto, não de uma simples ruptura, mas de um processo de superação e avanço em direção a formas mais inclusivas e ampliadas de participação democrática.

METODOLOGIA

Esta investigação não se caracteriza como um estudo empírico, mas sim como uma análise qualitativa de natureza conceitual. Trata-se, portanto, de uma pesquisa fundamentada em uma revisão bibliográfica, com foco em autores provenientes de distintas áreas do conhecimento, todos, contudo, vinculados, em maior ou menor grau, à tradição da teoria crítica. A metodologia adotada segue uma abordagem crítico-interpretativa, cujo objetivo central é construir um argumento teórico consistente a partir da síntese de ideias diversas, porém interrelacionadas.

Para discutir a temática do populismo, este trabalho tomará como principal referência o livro *Populismo: uma breve introdução*, de Simon Tormey. O objetivo é buscar uma compreensão conceitual o mais precisa possível desse termo, que permanece aberto a múltiplas interpretações. O populismo acumula uma variedade de definições ao longo do tempo, resultado de diferentes abordagens teóricas e perspectivas analíticas. Nesse sentido, Tormey (2019) destaca que o principal desafio está em identificar as características distintivas do fenômeno e determinar o peso relativo de certos elementos em relação a outros.

Na segunda etapa da análise, será examinada como a racionalidade neoliberal tem transformado não somente o modo de governança dos Estados, mas também a subjetividade dos indivíduos, promovendo um modelo de existência baseado na competição econômica entre os sujeitos. A base teórica dessa discussão será o livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval. Para aprofundar esse argumento, outras contribuições teóricas, serão utilizadas, com o intuito de consolidar a premissa central do artigo.

O DEBATE INACABADO SOBRE O POPULISMO

De modo mais geral, o populismo é um movimento ou uma ideologia que põe o povo no centro de sua visão (Tormey, 2019). Essa definição que aparece segundo o autor nos estudos de Margareth Conovan, se estende as pesquisas de Cas Mudde (2022) que faz um ajuste crucial, e define o populismo como uma ideologia rasa que vislumbra a sociedade fundamentalmente dividida em dois grupos homogêneos e

antagônicos, povo imaculado e a elite corrupta. De certo modo, pouco importa ao líder ou ao partido populista se essa divisão é real ou ilusória, desde que ela funcione como elemento de coesão e motivação para a ação dos seguidores dos movimentos radicais. Tormey (2019) afirma que essa definição implica dizer que o populismo, enquanto uma ideologia fraca, é utilizada para ampliar outras ideologias em sentido estrito, como o liberalismo e o socialismo

Para Jean-Werner Müller o populismo é como uma ideologia interna que expulsa o pluralismo e pressagia o início de um regime prejudicial à democracia liberal. Já Ben Moffitt descreve o populismo como um estilo performático, uma política associada a “maus modos”, pautada em uma abordagem conflituosa e em desacordo com as abordagens da democracia (Tormey, 2019). Há aqui um entendimento comum: a presença do populismo representa um perigo à democracia liberal.

Para Tormey (2019), apesar de o populismo se prestar a uma ampla variedade de definições e usos, os quais, segundo Barros e Lago (2022), são determinados pelo contexto sociopolítico de dado período e dos debates intelectuais formulados em cada época. É possível encontrar na tentativa de sua definição uma ideia central, o “povo” é o sujeito da política, em oposição a qualquer classe social: “O que motiva os populistas é um certo sentimento de que as necessidades ou os interesses do povo estão em desacordo com as necessidades e os interesses daqueles que governam, que os comentaristas costumam denominar ‘as elites’” (Tormey, 2019, p. 22). Ou seja, inerente ao discurso populista está a premissa de que as elites, identificadas comumente como aqueles que estão no poder, estão prejudicando o povo: “[...] é esse sentimento de dano que instiga os populistas a estruturar a política em termos de confrontação ou de antagonismo” (Tormey, 2019, p. 22).

Barros e Lago (2022) partem de uma definição de populismo próxima a de Ernesto Laclau, de modo a contar com três traços: 1) envolve um discurso que opõe o “povo” às “elites”, os “de baixo” contra os “de cima”; 2) é esteticamente transgressivo, irreverente, culturalmente “popular”; e 3) é uma força capaz de transformar instituições. Neste entendimento, o populismo é uma espécie de performance, um estilo de política que:

- Vê o antagonismo fundamental na sociedade como o que existe entre o “povo” (bem) e as elites (mal).

- Constrói o contexto político em termos de uma “crise” que põe em destaque a inadequação do establishment político.
- Oferece uma visão redentora, em vez de uma abordagem guiada pela política, tecnocrática ou baseada em problemas.
- Tem como centro uma figura carismática que afirma possuir poderes excepcionais de liderança.
- Aplica um uso mais franco, mais voltado para o confronto, mais direto da linguagem, o “falando claramente” (Tormey, 2019, p. 31).

Com base nos argumentos dos autores, pode-se afirmar que o populismo é um estilo político performativo que constrói, ou que se utiliza de antagonismos sociais, mobiliza afetos coletivos por meio de uma estética popular e oferece uma promessa de redenção por meio de uma liderança carismática. Trata-se menos de um conteúdo político específico e mais de uma forma de fazer política que pode ser adotada tanto à direita quanto à esquerda.

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Para os autores Dardot e Laval (2016), inspirados pelas análises de Michel Foucault, o neoliberalismo, mais do que uma política macroeconômica, é uma racionalidade, que visa impor sua lógica a totalidade das relações humanas. Sua ambição é fazer do mercado tanto o princípio do governo dos sujeitos, como o do governo de si. Considerado uma racionalidade governamental, o neoliberalismo é, precisamente, o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (Dardot; Laval, 2016). Há, portanto, uma articulação entre formas de governo político, econômico e as práticas de autogoverno.

A partir das duas principais correntes do pensamento neoliberal, o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, é possível compreender com maior profundidade o modo de governo neoliberal contemporâneo. Resumidamente, o primeiro defende que o Estado deve adotar uma postura ativa na construção e regulação da concorrência. Já o segundo, parte do princípio de que é o sujeito quem deve operar na lógica concorrencial. Nesse contexto, como afirmam Dardot e Laval (2016), o sujeito é interpelado a se relacionar consigo mesmo de maneira semelhante à forma como o capital se relaciona consigo próprio. Em outras

palavras, trata-se de conceber a si como “capital humano”, um valor que deve ser constantemente valorizado e ampliado (Dardot; Laval, 2016).

David Harvey (2014) destaca a capacidade do neoliberalismo de construir um amplo consenso social em torno de seus princípios. Uma vez consolidado, esse consenso torna o neoliberalismo inseparável da própria forma como o capitalismo se organiza em escala internacional. A partir da década de 1970, se fortalecimento ocorre justamente ao se apropriar de valores centrais da tradição ocidental, como a dignidade humana e a liberdade individual. No entanto, esses valores passaram a ser reinterpretados dentro de uma lógica de mercado: sua plena realização dependeria não da ação do Estado, mas da livre iniciativa e da competição econômica. Essa perspectiva contribuiu para a difusão da teoria do capital humano, que propõe a universalização da racionalidade empresarial, aplicando-a a todos os indivíduos e à sociedade na totalidade. A redução de toda a existência individual à economia envolve, entre outras coisas, privatizar, no sentido de retirar da esfera social para pôr na esfera pessoal, os fatores envolvidos no sucesso ou fracasso na concorrência.

Neste sentido, o papel do Estado neoliberal vai além da simples regulação econômica, deve atuar diretamente na criação de condições de competitividade individual, implantando dispositivos que promovem situações concorrenciais. Como a flexibilização dos direitos e das relações trabalhistas, a concessão de créditos que resultou no aumento das dívidas, Lazzarato (2017) denomina essa estratégia de governo do homem endividado. A dívida é uma excelente maneira de disciplinar e governar os sujeitos, que culpabilizados pelo seu fracasso, são forçados a se adequar as exigências da competição, a qual para os neoliberais é a fonte do progresso, por isso, é próprio das sociedades civilizadas, transformar a luta entre os sujeitos: “[...] numa competição livre e pacífica, da qual resulta numa distribuição desigual das riquezas, que, por sua vez, produz necessariamente ganhadores e perdedores” (Dardot; Laval, 2016, p. 55). Todo esse processo é potencializado pelas campanhas midiáticas que estimulam o consumismo e propagam o ideal do sujeito bem-sucedido. O neoliberalismo, é uma forma sofisticada, inovadora e complexa que articula dispositivos disciplinares e ideológicos que incentivam a livre iniciativa, a autogestão e responsabilidade sobre si (Dardot; Laval, 2016).

Trata-se de uma relação que se retroalimenta: para transformar a sociedade, as políticas neoliberais precisam também reformular o próprio Estado, garantidor das liberdades individuais e dos direitos de propriedade individual, que passa a ser um agente ativo na transformação tanto da sociedade quanto dos sujeitos (Dardot; Laval, 2016; Harvey, 2014). O Estado é garantidor dessas liberdades na medida em que utiliza o monopólio da violência para preservá-las. Deste modo, o aumento da produtividade significa, não só que o Estado está criando as condições de competição entre sujeitos empresas, mas que se exige de proteger ou assistir aqueles que fracassam nesta luta: “A justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade de luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício” (Dardot; Laval, 2016, p. 55). Fracasso e sucesso são medidos a partir da capacidade individual de empreendedorismo (Harvey, 2014), para que isso seja aceito como verdade, a teoria neoliberal deve disseminar a ideia de igualdade de acesso à informação, conhecimento e oportunidades.

A ASCENSÃO DO POPULISMO DE EXTREMA DIREITA COMO RESPOSTA AO RESENTIMENTO

A partir da discussão anterior, é possível dizer que o discurso neoliberal se ancora na potência do vitalismo empreendedor, no entanto, desde a crise econômica de 2008, as formas de vida ou os sujeitos cada vez mais se reconhecem em uma espécie de impotência. Deste estado surge o ressentimento, o qual pode ser inicialmente entendido como uma indignação, o ato de atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer (Kehl, 2020). Em rápida síntese, na contemporaneidade, o ressentimento é potencializado pelo cenário de crise, a qual é atribuída ao outro (o inimigo), identificado no movimento social, em grupos minoritários ou partido político, que impedem aquela realização individual.

Não por acaso, ao analisar a ascensão de Donald Trump, Brown (2019) a interpreta como a expressão de um populismo ressentido de extrema direita. Trata-se de um populismo que apresenta as características clássicas desse fenômeno, como o apelo à soberania popular, a retórica antielitista, a invocação da vontade geral e a construção de fronteiras simbólicas entre “o povo” e “os inimigos”. No entanto, esse populismo vai além dos elementos estruturais típicos. Ele se ancora em um

ressentimento profundamente enraizado: o do homem branco, conservador, judaico-cristão, nacionalista e de direita, mas com tendências a se aproximar da extrema direita. É um populismo marcado por traços elitistas e anti-igualitários, nostálgico de uma moralidade tida como perdida, vingativo em relação a seus inimigos declarados e desinibido em sua vontade de poder (Brown, 2019).

Os diagnósticos baseados na teoria crítica apontam que a racionalidade neoliberal leva os sujeitos a uma compreensão distorcida de si. Isso ocorre porque essa lógica dissemina a ideia de que os sujeitos são capazes de se constituírem de forma autônoma, sem depender de relações com os outros sujeitos. Como consequência, os vínculos sociais se enfraquecem: o diálogo é comprometido, a capacidade de entendimento e negociação é minada, valores como alteridade, convivência e reconhecimento da diferença são progressivamente desfeitos. Isso é interessante porque, permite argumentar que, nos últimos anos, os políticos, os partidos e os movimentos de extrema direita não mobilizam mais a partir de uma promessa de mitigar ou conter esse desmoronamento da sociedade, ao contrário governam em nome da aceleração desse processo. Dito de outro modo, seu discurso visa dar expressão e direcionamento ao ressentimento presente na sociedade, mesmo que isso signifique reivindicar uma perversidade. No mundo da guerra de todos contra todos, admitir certa crueldade, falas racistas, machistas, homofóbicas e xenófobas aparecem como expressão de autenticidade, e até mesmo uma atitude subversiva (Santos; Feldmann, 2021).

Portanto, o ressentimento não é o único fenômeno que emerge dessa forma de sociabilidade. Com o enfraquecimento das experiências relacionais, surgem também outros efeitos profundamente problemáticos, como a disseminação de discursos misóginos e xenofóbicos, além da ascensão do populismo de extrema direita. De modo mais amplo, observa-se a consolidação de uma política baseada na dicotomia entre “nós” (os bons) e “os outros” (os maus), reforçando uma lógica excludente e polarizadora. Esse cenário tende a permanecer inalterado enquanto a inclusão dos indivíduos na vida em sociedade continuar sendo mediada pela racionalidade neoliberal. Isso porque é justamente essa lógica que aprofunda a dissolução dos laços sociais, promovendo uma cultura baseada na competição individual.

Desta forma, a ascensão de um populismo ressentido de extrema direita de que fala Brown (2019) é o resultado de uma dinâmica política que não é mais capaz de garantir alguma mudança. Neste cenário, ideias ou projetos centristas parecem não dar conta, ou corresponder aos anseios da sociedade que está em busca de outras formas de existência. Na falta desse outro projeto, e com a corrosão social produzida pela racionalidade neoliberal se acelerando, formas sociais que costumam conservadorismo, mídias sociais, Estado Penal, políticas cada vez mais focalizadas e um populismo de extrema direita ganham mais terreno. Ou seja, a tendência é a politização e a instrumentalização do ressentimento para dar forma a uma dinâmica social pautada na violência, na exacerbação da razão concorrencial, na precarização das formas de vida e erosão do mundo do trabalho e da mercantilização dos direitos sociais (Santos; Feldmann, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve como objetivo refletir, de modo sucinto, sobre o populismo de extrema direita enquanto resultado de uma dinâmica social determinada pela racionalidade neoliberal. A qual ao impor um modo de vida pautado na competição econômica, tem conduzido os sujeitos a agirem como se fossem empresas individuais, um capital que deve ser valorizado por meio da competição. O resultado disto, é que os demais sujeitos com os quais entra em contato, são vistos como concorrentes, inimigos a serem vencidos e exterminados quando necessário. Aqui já está visível que, assim como o populismo que opera a partir de um discurso que divide a sociedade entre “povo puro” e a “elite corrupta”, a racionalidade neoliberal divide os sujeitos em vencedores e perdedores, entre os esforçados e os acomodados.

Considerando somente as partes de análise teórica, este texto foi dividido em três itens. No primeiro eixo, foi o populismo o tema de análise, e apesar das divergências conceituais, chegou-se a um entendimento comum de que este opera a partir do antagonismo entre o “povo” e as “elites”. Deste modo, o populismo parece possuir um caráter confrontacional, sendo frequentemente percebido como uma ameaça à democracia liberal. O fato interessante é que a racionalidade neoliberal, tema do

segundo eixo, não é vista como nociva a essa forma de governo. A análise sobre o neoliberal centrou-se na tentativa de evidenciar que este não se limita a uma doutrina econômica, mas que se configura como uma racionalidade política e subjetiva que transforma o mercado em princípio organizador da vida. Essa lógica fomenta o isolamento, o enfraquecimento dos laços sociais e a culpabilização individual, criando um ambiente propício ao ressentimento e à fragmentação social. No terceiro eixo, discutiu-se como esse cenário produz o afeto do ressentimento, do qual a ascensão do populismo de extrema direita parece ser o resultado mais imediato. Esse ressentimento é explorado por lideranças de extrema direita, que constroem discursos antielitistas, excludentes e moralistas, frequentemente mobilizando preconceitos e nostalgias identitárias. Ao contrário de oferecer soluções estruturais para a crise, o populismo de extrema direita tem governado acelerando a degradação do social, fomentando afetos negativos e reforçando a racionalidade neoliberal.

O populismo contemporâneo, especialmente o de extrema direita, deve ser entendido como uma resposta sintomática à crise de representação política e às contradições geradas pela racionalidade neoliberal. Longe de constituir uma alternativa emancipatória, esse populismo parece aprofundar e radicalizar as tendências autoritárias já latentes no próprio neoliberalismo. Portanto, é necessário formular projetos políticos capazes de resgatar o sentido coletivo da política, revalorizar a solidariedade social e reconstruir formas de pertencimento que não se baseiem na exclusão, no medo ou na lógica da competição generalizada. Enquanto esses novos horizontes não forem construídos, o ressentimento continuará sendo instrumentalizado como ferramenta de dominação, e o populismo, em especial o de extrema direita, seguirá prosperando em sociedades marcadas pela desigualdade, pelo individualismo e pelo esvaziamento das experiências comuns.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. Maria Rita Kehl. São Paulo: Boitempo, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FELDMAN, Daniel. **O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos**. São Paulo: Elefante, 2021.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma introdução**.. São Paulo: Cultrix, 2019.

Claudiomiro Ramos Moreira

Doutorando em Serviço Social PUCRS, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA campus São Borja, 2017. Foi estagiário do Centro de Formação Teresa Verzeri (São Borja). Integra o Grupo de Estudos Sobre a Teoria Marxista, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP e o Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social (NEPES).

Pedro Alberto Samuel

Bacharel em Direito, Mestre em Serviço Social, Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Pós Doutorado em Serviço Social pelo PPGSS PUCRS. Tem pós-graduação lato sensu em Direito Público pela Verbo Jurídico. Cursou Pós Graduação em Processo Civil Uniritter. Graduando em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital: Retrocesso Social e Avanços Possíveis (UFRGS/USP/CNPQ). Membro pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social - NEPES/PUCRS.